

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA: TRAJETÓRIA DE FRANCIA MÁRQUEZ

WOMEN'S PARTICIPATION IN POLITICS: FRANCIA MÁRQUEZ'S TRAJECTORY

Lorenn Assis **1**

Maria Gabriella Rodrigues de Souza **2**

Resumo: Este artigo aborda o papel da mulher na política, com destaque para a vitória de Francia Márquez. Inicialmente, apresenta-se a história da participação feminina nesse campo, evidenciando a persistência da violência contra esse gênero. Em seguida, enfoca-se o voto feminino, um tópico crucial para destacar a interseção entre "Política" e "Mulher". Considerando que o século XX foi marcado por pautas relevantes que resultaram na liberdade e no reconhecimento do termo para a mulher no cotidiano, a escolha do tema baseia-se nas lutas e conquistas de Francia Márquez, recentemente eleita vice-presidente da Colômbia, tornando-se a primeira mulher a ocupar esse cargo no país.

Palavras-chave: Francia Márquez. Mulher. Política. Voto Feminino.

Abstract: This article aims to address the role of women in politics by focusing on Francia Márquez's victory. Initially, the history of women's participation in this field is introduced, highlighting the persistent violence against this gender. Subsequently, emphasis is placed on the female vote, as it is a topic of paramount importance to highlight the theme "Politics" and "Women" on the same agenda. Given that the 20th century was marked by important guidelines that resulted in freedom and the use of the term for women in everyday life, the choice of theme was made possible by the scenario of struggles and achievements of Francia Marquez, who recently had the honor of serving as vice president of Colombia, becoming the first woman to hold the office in the country.

Keywords: Francia Márquez. Women. Politics. Female Vote.

1 Graduada em Direito, UFT- Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2254182252775097>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0236-5164>. E-mail: maria.gabriella@mail.uft.edu.br

2 Graduada em Relações Internacionais, UFT- Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, Tocantins, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8506515983011745>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2925-4015>.

Introdução

Na perspectiva de contribuir para a ocupação de espaços além do âmbito doméstico e fomentar um ambiente societal menos discrepante, as mulheres engajam-se em uma contenda contínua, repleta de desafios, visando o avanço de suas aspirações profissionais e independência, especialmente no âmbito financeiro. No cenário político-parlamentar, essa batalha reverbera em uma paisagem ainda desigual, embora menos acentuada do que em Eras passadas, representando uma transformação significativa. Contudo, subsistem consideráveis aspectos a serem reformulados mediante a incrementação da presença feminina em domínios tradicionalmente masculinos.

A representação das mulheres negras no contexto político-eleitoral é notavelmente limitada, sendo evidente em diversas esferas da política brasileira, tanto no que diz respeito às candidaturas quanto às eleições efetivas. Embora tenham ocorrido algumas mudanças nos últimos pleitos, o fato persiste de que as mulheres negras eleitas continuam a ser uma minoria significativa nesse cenário, de acordo com dados trazidos pela Oxfam Brasil (2020), embora aproximadamente 27% da população feminina se identifica como negra, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE, somente 2% delas estão no Congresso Nacional e constituem menos de 1% das membras da Câmara dos Deputados. Este fenômeno serve como ponto de partida para uma análise mais abrangente sobre a participação política das mulheres na América do Sul, com foco na trajetória de França Márquez, tema central deste artigo.

Dados fornecidos pela União Interparlamentar (2020) indicam que, entre 1995 e 2020, a presença de mulheres nos assentos parlamentares globais aumentou em 25%. Em 1995, a representação feminina era de 11,3%, destacando-se que tal percentual abrange uma perspectiva global, transcendendo o caráter regional ou local. No ano de 2015 pelo mesmo *report*, observou-se quase uma duplicação desse dado, com a presença feminina nos assentos parlamentares atingindo 22,1% (1990-2015). Entretanto, ao longo de um quinquênio, esse aumento foi tímido, registrando um acréscimo de menos de 5% totalizando os 25% de mulheres parlamentares entre o período da análise (1990-2020).

Ao observar o desenvolvimento das Américas (2020, n.p), somaram um limite de 30% de participação das mulheres nos assentos parlamentares registrados como a região de maior graduação feminina. Fazendo uma comparação global, atualmente, três dos cinco países com a maior proporção de mulheres parlamentares estão localizados na América Latina e no Caribe, são eles Bolívia, Cuba e México. Ademais, a região possui um extenso histórico na implementação de medidas de igualdade, com 16 países latino-americanos promulgando leis de cotas. Essas medidas são frutos da luta feminista e têm por objetivo contribuir para uma representação mais equitativa e inclusiva nas instâncias parlamentares.

O desenvolvimento gradual da participação de mulheres nos assentos dá-se, por um dos motivos, de acordo com a União Interparlamentar (2020, n.p) a redução de restrições legais voltadas para a atuação feminina no campo político-parlamentar. A participação da figura feminina nos campos majoritariamente masculinos é justificada em diversas ocasiões do cotidiano pelos fatores biológicos, compreendendo ser proposital a justificativa na intenção de afastar o público feminino dos espaços de poder (Sampaio; Souto, 2021).

Foucault (*apud* Sampaio *et al.*, 2021) concebe e destaca a reação do público masculino por meio do prisma do biopoder, uma perspectiva que articula os mecanismos colaborativos na sociedade moderna ocidental, centrando-se no componente biológico. Nessa abordagem, a mulher é enquadrada predominantemente em uma função reprodutiva. Ao apresentar tal argumento, o Estado consolida o papel do público feminino na gestão de outro ser humano, resultando no aumento populacional. Este acréscimo reforça a percepção do Estado como uma estratégia de investimento no capital humano, gerando riquezas que transcendem o crescimento demográfico e, por conseguinte, impactando no desenvolvimento territorial do Estado (Foucault *apud* Sampaio *et al.*, 2021).

De fato, a representação da figura feminina na política altera os resultados de uma política exclusiva, tendo em vista dos assuntos debatidos por tal público ser voltado para o desenvolvimento de pautas sociais; culturais; gênero, entre outros temas dos quais resultam na produção de políticas públicas em prol do desenvolvimento financeiro e social de um país. Segundo os estudos promovidos

pelo Instituto Alziras (2018) com fins de analisar a gestão das prefeitas brasileiras eleitas no período de 2017-2020, o registro obtido na gestão das prefeitas brasileiras foi do tratamento de pautas prioritárias no desenvolvimento de suas cidades, pautas das quais receberam destaque: saúde, educação e gestão pública.

Assim, o presente artigo tem como objetivo geral explorar a interseção entre política e feminismo, destacando a participação das mulheres na política sul-americana. Para atingir esse propósito amplo, os objetivos específicos incluem uma análise aprofundada da sub-representação das mulheres, especialmente mulheres negras. Além disso, busca-se discorrer sobre o papel da mulher em contextos político-parlamentaristas, enfocando os desafios específicos enfrentados por elas nesse ambiente. Um terceiro objetivo específico concentra-se na trajetória singular de Francia Márquez na política, visando analisar suas conquistas, desafios e contribuições para a participação e representação das mulheres na esfera política.

Metodologia

Essa análise adota uma abordagem qualitativa, transcendendo métricas numéricas para explorar os fundamentos epistemológicos e contextuais. Inicialmente, realizamos uma revisão bibliográfica a partir de registros disponíveis em documentos impressos e digitais, como livros, artigos e teses (Severino, 2013).

Posteriormente, foi construído um referencial teórico para contextualizar a pesquisa no corpo existente de conhecimento relacionado ao tema. Introduzimos a interseccionalidade (Collins, 2020) para apresentar de forma integrada as categorias que impactam diferentemente as mulheres da região estudada, como colonialidade, raça, gênero e etnia.

Voto Feminino

A partir do momento em que a mulher sentiu necessidade de ser representada de modo mais ativo e com pautas reais, nas quais abordavam sobre o seu cotidiano verdadeiro, foi desenvolvido um desejo árduo e repleto de bravura na luta por espaços nas áreas de atuação de liderança e representatividades. Desde então, o século 19 e 20 foi sendo caracterizado pelo século das demandas ligadas a pautas do direito humano, incluindo o direito da mulher, algo que começou no momento em que o homem padrão da época (ricos e brancos) eram os únicos a gozar de tais privilégios. Mesmo durante esse período histórico, o direito das mulheres racializadas era frequentemente ignorado, muitas delas ainda vivendo em Estados-Nação onde eram escravizadas e sujeitas a terríveis violações humanas.

A história de luta feminista, costuma ser rotulada por ser algo dado, ao invés de conquistado. Ao compreender os cenários anteriores do século 20, é possível esclarecer o como foram conquistados os direitos das diferentes mulheres, anulando os estereótipos que cercearam suas histórias e de suas lutas. Os movimentos sociais e feministas desempenharam um papel crucial nesse processo, sendo os de mulheres negras particularmente significativos. Estas ativistas, frequentemente marginalizadas e silenciadas, desafiaram não apenas a opressão de gênero, mas também a interseção do machismo e racismo.

De maneira que o movimento feminista, que regeu a conquista ao voto, não permeou apenas no continente europeu e entre mulheres brancas, como comumente associado, mas também se estendeu para outros países e continentes, incluindo o Americano. No Brasil, “[...] a mulher passou a ser uma cidadã com direito a votar apenas nos anos 90, após o ocorrido da consolidação formal por meio do Decreto nº 21.076 aplicado no código eleitoral” (Tosi, 2016, p. 1). Essa demora na obtenção do direito ao voto para as mulheres brasileiras destaca a necessidade contínua de desafiar estruturas patriarcais arraigadas e do combate a tantas outras desigualdades históricas.

Uma das problemáticas que impede a permanente inserção das mulheres em posições de poder reside na conciliação dos papéis atribuídos a elas com seus objetivos profissionais. Nesse contexto, o acúmulo de responsabilidades sobrecarrega as mulheres, persuadindo-as a renunciar à busca por participação no espaço político e em assentos parlamentares (Sampaio; Souto, 2021).

Para a pesquisadora Andressa Duarte, a cor surge como uma característica essencial para discernir os marcadores sociais que perpetuam a exclusão das mulheres negras do cenário político (Duarte, 2020, p.4). Ela aponta que a problemática da sub-representação dessas mulheres na política pode se manifestar na representação partidária, refletindo desafios relacionados à sua inclusão nos partidos políticos, assim como a alocação desigual de recursos de campanha, destacada pela alta correlação entre despesas eleitorais e a porcentagem de votos obtidos, configura outro ponto crucial.

Além disso, a sistemática sub-representação de gênero e raça na vida política legislativa pode estar intrinsecamente ligada ao sexismo e racismo institucional. Isso, por sua vez, se conecta diretamente às adversidades cotidianas enfrentadas pelas mulheres negras, não apenas no contexto político, mas também em termos de acesso a bens econômicos e culturais.

Mulheres Negras na Política

Patrícia Hill Collins em *A Política do Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* define opressão como “um termo que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade” (Collins, 2020, p.33), estando raça, gênero e classe entre as principais formas citadas. Pensar políticas públicas que combatam essas opressões é essencial em uma sociedade que preza por ser um efetivo Estado democrático de direito, de modo que, o aumento da participação social e representação política de grupos interseccionados por esses sistemas opressivos torna-se fundamental.

Mulheres negras foram historicamente excluídas dos lugares de poder e decisão, como aponta Sueli Carneiro “a relação entre mulher negra e poder é um tema praticamente inexistente” (Carneiro, 2009, p.50). Raras exceções no âmbito político aparecem como Antonieta de Barros (1901-1052) a primeira mulher negra deputada estadual do Brasil. De acordo com Ana Carolina Lourenço e Anielle Franco, a deputada teve como agenda política educação, cultura e liberdade feminina, descendente de escravizados, Antonieta permanece no cargo até a ditadura do Estado Novo em 1937, retornando novamente como suplente com a redemocratização em 1945, mas dessa vez com uma agenda da defesa de uma educação igualitária e emancipatória (Lourenço; Franco, 2021, p.35)

Outras duas importantes personagens da história política negra no Brasil foram Maria Brandão dos Reis e Maria José Camargo de Aragão, militantes do Partido Comunista Brasileiro no nordeste do país. Elas e muitas outras inauguraram a relação entre mulheres negras e partidos políticos de esquerda decorrendo da identificação das pautas dos direitos humanos e justiça social (Lourenço; Franco, 2021, p. 37), pautas que segundo Patricia Hill Collins (2019) o pensamento feminista negro tem apoiado seus princípios amplos de justiça social, transcendendo as especificidades das mulheres negras.

Em 2019 O Relatório da Oxfam Brasil trouxe dados de que mesmo representando 27,8% da população brasileira, as mulheres negras ocupam apenas 2,53% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Sendo as instituições participativas apresentadas como espaço capaz de reduzir desigualdades e pluralizar a democracia, ter um grupo de eleitorado com tão grande contingente excluído do processo diz muito sobre a sociedade construída até os dias atuais. Logo, as opressões raça e gênero “[...] afetam grupos de pessoas de forma diferente, e no caso de mulheres negras, elas se entrelaçam” (Kilomba, 2020, p. 100), de tal modo que conjuntamente nega “[...] direitos e privilégios que costumam ser estendidos aos cidadãos brancos do sexo masculino” (Collins, 2009, p.34).

Por influência da Argentina que instituiu cotas para mulheres em 1991, ao longo dos anos 1990 por toda a América Latina essas políticas foram implementadas. No entanto, hodiernamente essas mulheres ainda têm que enfrentar além dos entraves que seu gênero e raça impõe, desafios políticos decorrentes como o não apoio dos partidos políticos às suas candidaturas, pouco tempo de propaganda na televisão e a crescente violência política para as que conseguem chegar nesses espaços de poder.

Trajatória de Francia Márquez

De acordo com Silva (2020) não há que se falar em compreender o fenômeno da inserção de mulheres negras na política sem que se conheça mais de perto “[...] não somente a estrutura social na qual as candidaturas das mulheres negras ocorrem, mas os contextos, as dinâmicas, os fluxos da vida cotidiana de mulheres negras protagonistas na e da política” (Silva, 2020, p. 43). Assim, compreender a história e trajetória política dessas mulheres é imprescindível.

Um recente exemplo de caso que desafiou esses desfavorecimentos históricos foi o da atual vice-presidenta da Colômbia, Francia Elena Márquez Mina. Figura política que impulsionou a discussão sobre raça e classe no país como raramente se vê na no cenário de tomada de decisões, é o que aponta o jornal *The New York Times* (2022) ao versar o perfil da vice-presidenta eleita em 19 de junho de 2022. Márquez nasceu em 1 de dezembro de 1981 no povoado de Yolombó, distrito de Suárez e departamento de Cauca, na Colômbia. Filha de trabalhadores das minas, uma mulher negra, afrodescendente, nativa das regiões mais pobres do país (Turkewitz, 2022, n.p).

Na adolescência foi, aos 16 anos, mãe solo e trabalhou como garimpeira e como empregada doméstica na cidade de Cali. Se formou em técnico agrícola pelo Serviço Nacional de Aprendizagem e em Direito pela Universidade Santiago de Cali. De 1997 até hoje atua como membra ativa da Organização Processo de Comunidades Negras em que realiza ações em defesa do território e contra a mineração ilegal nas comunidades afrocolombianas no Norte de Cauca (Turkewitz, 2022, n.p).

Márquez se diz parte de um processo de luta e resistência que teve início com seus ancestrais, de esquerda, seus envolvimento com os movimentos sociais a puseram em posição de constante ameaças. Com um chamado para os grupos marginalizados - indígenas, negros mulheres e comunidades rurais- mobilizou durante as eleições discussões estruturais sobre opressões históricas para a comunidade colombiana (Turkewitz, 2022, n.p).

Segundo López (2023, p.13), Francia, ao inscrever sua pré-candidatura à presidência de 2022, integrou a coalizão do Pacto Histórico e, após a consulta interpartidista, obteve 785.215 votos, garantindo o segundo lugar entre os cinco candidatos. Seu expressivo desempenho, representando 14% dos 5.818.378 votos, resultou em sua inclusão como vice-presidente na fórmula eleitoral. Essa conquista não apenas reflete o respaldo histórico dos coletivos e comunidades com os quais Francia vinha colaborando na luta pela visibilidade de questões de gênero, etnia e igualdade na agenda pública do movimento “Soy Porque Somos”, mas também angariou a adesão de uma nova parcela de eleitores, atraída por seu discurso autêntico e papel como agente gerador de mudanças.

O emblemático 19 de junho de 2022, em Bogotá, não apenas testemunhou a vitória eleitoral de Francia, mas também representou um marco para a conquista de mulheres negras na política. A proclamação uníssona de “Sí se pudo” por centenas de vezes reflete não apenas a superação de barreiras individuais, mas a força coletiva que respalda aspirações historicamente negligenciadas. Francia, como mulher negra, trouxe uma visão política alternativa e progressista que ressoa com valores de justiça e igualdade, redefinindo o cenário político colombiano. Essa conquista não é apenas uma vitória pessoal, mas simboliza a emergência de lideranças femininas negras que buscam transformar o curso da região, de maneira a evidenciar a crescente importância e representatividade das mulheres negras na política.

Considerações Finais

No cenário político, moldado por e para homens, mulheres que desafiam essa estrutura enfrentam assédios físicos e morais. Apesar de alguns avanços, mulheres, especialmente as negras, enfrentam desafios persistentes na busca por representatividade política, a sobrecarga decorrente da conciliação de papéis, as estruturas patriarcais e a cor como marcador de exclusão refletem-se na representação partidária e na alocação desigual de recursos de campanha, entrelaçadas ao sexismo e racismo institucional.

Ademais, a análise das múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres negras no cenário político, sublinham a interseccionalidade de raça, gênero e classe como elementos fundamentais

nas formas sistêmicas de opressão, destacando a urgência de políticas públicas para abordar essas injustiças. A trajetória política de figuras como Francia Márquez ilustra a resistência e busca por representatividade em um contexto historicamente excludente.

Por fim, conclui-se que o presente artigo não esgota a temática da participação política das mulheres sul americanas. Tudo o que foi discutido e apresentado se configura apenas como um ponto de partida para vindouras pesquisas, que assim como essa, poderão contribuir para a divulgação dessa problemática de forma a evidenciar a necessidade de luta para uma plena emancipação feminina e um projeto de sociedade mais justa.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. et al. **Mujeres y participación política: avances y desafíos en América Latina**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

DUARTE, Andressa Mourão. Mulheres negras, eleições, política e poder: aspectos sobre a liderança de mulheres negras em defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44., 2020, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. p. 1-11.

LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle. (org.). **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras/ Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). **Women in parliament: 1995-2020 – 25 years in review**. Disponível em: <https://www.ipu.org/resources/publications/reports/2020-03/women-in-parliament-1995-2020-25-years-in-review>. Acesso em 13 jan. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

LÓPEZ, Alfredo Vidal *et al.* El fenómeno político de Francia Márquez Mina. Tlatemoani Revista Académica de Investigación, ano 14, n. 42, p. 1-18, 2023.

OXFAM BRASIL. **Mulheres negras na política**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/mulheres-negras-na-politica/>. Acesso em 14 jan. 2024.

RABAY, Glória de Lourdes Freire. **Mulheres na Política e Autonomia**. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13702>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SAMPAIO, José Adercio Leite; SOUTO, Luana Mathias. Mulher e voz: os desafios à efetividade dos direitos políticos femininos. **Sequência: Estudos jurídicos e políticos**, Florianópolis, ano 21, v. 42, ed. 88, p. 1-27, 5 set. 2021. DOI <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2021.e78052>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Pâmela Iris Mello da. **“Negras, nós” entre eleitas, candidatas e não-candidata na Região Sul do Brasil**. 2020.156f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

TOSI, Marcela. Voto Feminino: a história do voto das mulheres. **Politize**. Florianópolis, 18 ago. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

TURKEWITZ, Julie. Madre adolescente. Empleada doméstica. Activista. ¿Vicepresidenta?. **The New York Times**, 2022. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/es/2022/05/06/espanol/francia-marquez-colombia.html>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

Recebido em 27 de junho de 2022.

Aceito em 11 de julho de 2023.